

1

2

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 30/06/2023

3

4 Ao trigésimo dia do mês de Junho de dois mil e vinte três, às quinze horas, em
5 formato *online* por meio do *link* disponibilizado para todos (as), deu-se início à
6 Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do
7 Paraná. Conforme convocação prévia fez-se presentes: **TITULARES**
8 **GOVERNAMENTAIS:—SUPLENTE GOVERNAMENTAIS:—** **TITULARES DA**
9 **SOCIEDADE CIVIL:** IVETE MARIA CARIBÉ ROCHA (SERPAJ),ALUÍZIO
10 FERREIRA PALMAR (CDHMP), **SUPLENTE SOCIEDADE CIVIL:**
11 **CONVIDADOS(AS)/COLABORADORES(AS):**CLÁUDIA HOFFMANN
12 (COORDENADORA DO LUME), NORTON NOHAMA (UFPR),RAQUEL OSOWSKI
13 (MPPR), JUSSAMARA,ANDRÉIA CORAT (SEJU/CODIHC). **JUSTIFICATIVA DE**
14 **AUSÊNCIA:**Maria Aparecida Blanco de Lima justificou sua ausência devido uma
15 reunião no TJPR no mesmo horário.**1. Abertura:** Inicialmente, Ivete saudou todos e
16 todas e deu início à Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e
17 Justiça do Paraná. **2. Aprovação da pauta:**Andreia realizou a leitura da pauta para
18 conhecimento de todos (as) e sem manifestações contrárias ou inclusões, a pauta
19 foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da ata de reunião ordinária de Maio**
20 **de 2023:** Ivete indagou se alguém gostaria de solicitar inclusões ou alterações na
21 Ata de Maio. Carla registrou sua abstenção quanto à aprovação por não estar
22 presente. Sem outras manifestações, a ata foi aprovada pela maioria do pleno. **4.**
23 **LUME: Lugar de Memória e a Organização do Evento “25 anos da Constituição**
24 **Cidadã” a ser realizado em Outubro de 2023:**Cláudia informou que a equipe do
25 LUME participou de um evento na UFPR junto com Olympio, Maria Aparecida, Ivete
26 e o Nilmaro Miranda — que é da Assessoria Especial Memória, Verdade e
27 Democracia. Depois disso, Nilmaro foi até o Lume e foi feita uma reunião para
28 conversar sobre o Plano de Trabalho do Lume e possibilidades de recursos
29 financeiros. Logo após, foram realizadas duas visitas técnicas: Flávia foi a uma
30 reunião de trabalho na ESMA em Buenos Aires; Cláudia esteve no Memorial da

31 Resistência e participou de um Seminário realizado pela Brasileira de Lugares de
32 Memória promovido pela rede e pelo Núcleo de Memória em parceria com o
33 Memorial da Resistência de São Paulo — chamado Direito À Memória. Além disso,
34 Cláudia informou que os (as) integrantes da Rede Brasileira de Memória tem
35 conversado bastante sobre a possibilidade de uma Lei sobre Memória, solicitando
36 aos estados um Dia da Memória — tema que pode ser pautado no Segundo
37 Semestre de 2023. Outro ponto trazido por Cláudia foi com relação a definição de
38 quem assumirá a responsabilidade financeira do evento de Outubro sobre os 35
39 anos da Constituição Cidadã. Raquel sugeriu que as demais questões fossem
40 definidas e esse tópico fosse pautado em uma próxima reunião, pois sem eles —
41 Olympio e Maria Aparecida — não é possível definir, além disso, destacou que a
42 SEJU deve arcar com grande parte das responsabilidades por ser uma Política de
43 Estado. Portanto, Cláudia sugeriu que fosse feita uma reunião extraordinária para
44 pensar o evento. Norton indagou se, partindo do pressuposto de que a SEJU possa
45 definir aquilo que poderá atender e assim, verificar e demandar ao MP e TJ o que a
46 Secretaria não puder atender. Porém, Cláudia registrou preocupação quanto a isso,
47 pois no ano passado, a SEJUF se comprometeu a assumir grande parte do evento
48 de reinauguração e não cumpriu, sendo necessário realizar os convites com muita
49 antecedência devido a agenda dos (as) potenciais participantes. Norton sugeriu o
50 convite aos Deputados Constituintes devido à temática do evento. Raquel ressaltou
51 que o tema deveria ser definido e que seja focado em Justiça de Transição em
52 alusão aos 35 anos, sugerindo que fosse convidado quem estava à frente da
53 Comissão de Mortos e Desaparecidos e Comissão de Anistia, pois haveria uma
54 discussão direcionada, podendo até, definir um tema específico para o evento ser
55 melhor aproveitado. Cláudia sugeriu que fossem definidos os 35 anos da
56 Constituição Cidadã como tema, mas não poderiam perder de vista o Direito à
57 Memória, o Papel Político da Memória e as Políticas Públicas sobre Memória, pois o
58 LUME não vai sobreviver sem alguém pensando os lugares de memória e, quanto
59 aos convidados, a presença do Flávio Dino daria muita visibilidade ao Lume,
60 também do Ailton Krenak, que participou do processo e contemplaria a discussão

61 indígena. Além disso, poderia ser realizado o Seminário pela manhã e a Reunião de
62 Trabalho durante a tarde. Ivete sugeriu que as propostas fossem enviadas no grupo
63 do CEMVEJ para cada um (a) dar suas sugestões e as propostas sejam aprovadas
64 na reunião plenária. 5. Informe público do caso Itaipu: Primeiramente, Carla informou
65 que não esteve na última reunião devido às atividades relacionadas à pesquisa em
66 São Paulo, Buenos Aires e Assunção. Carla informou que o conjunto de pesquisas
67 que está sendo organizado pelo MPF e coordenado pela UNIFESP lançou algumas
68 diretrizes sobre a necessidade de que, ao fim das pesquisas, seja aberta uma
69 grande linha de investigação sobre a responsabilidade das empresas. Um dos
70 encaminhamentos que está relacionado tanto a UNIFEST, quanto o MPF e aos
71 resultados de todas as empresas é repensar as políticas de reparação e ao fazer
72 isso, surge uma demanda ao Comitê, que é a realização de uma atividade para
73 reunir os (as) atingidos de Itaipu e a ideia é que seja em Curitiba. A listagem da
74 pesquisa foi feita a partir da documentação do Arquivo Nacional, Arquivo Público do
75 Estado do Paraná, Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Arquivo do Terror,
76 sendo mais de 10 mil documentos que vão organizar a pesquisa. O primeiro ponto
77 que foi considerado uma grande violação de direitos humanos cometido por Itaipu —
78 com relação ao sentido amplo do ponto de vista da Memória — é a indisponibilidade
79 do acervo para pesquisadores (as). O segundo ponto é fruto da pesquisa e do
80 contato com os (as) trabalhadores (as), é a necessidade de um espaço de memória,
81 inclusive dentro dos espaços públicos de Itaipu, pois na visita guiada de Itaipu é
82 relatada uma versão que desconsidera o esforço, mortes e acidentes de trabalho
83 que aconteceram. A Agência Pública conseguiu um dado oficial de Itaipu de que,
84 dos 100 mil trabalhadores, houve cerca de 50 mil acidentes de trabalho, um número
85 exorbitante onde a cada 2 trabalhadores, 1 se acidentou. A questão dos espaços de
86 memória também abrangem o ponto de que, a história que é contada no Oeste do
87 Paraná é dominada por Itaipu e foram descobertos alguns processos de pescadores,
88 ilhéus e indígenas, um capítulo totalmente a parte das políticas pontuais tentadas
89 pela Itaipu, que não vai reconhecê-los como nação e continuar estabelecendo
90 políticas existencialistas. Além disso, Carla também falou sobre os atingidos pela

91 barragem, que são desde Foz do Iguaçu até Guaíra, com milhares de famílias
92 deslocadas. Por fim, Carla destacou que após todas as denúncias elencadas, houve
93 um tipo de investigação, mas até hoje não há acesso a documentação de Itaipu, que
94 guarda, inclusive, a documentação do Hospital de Foz do Iguaçu. Essa retenção dos
95 documentos é algo totalmente incorreto, pois se não permitir acesso aos
96 pesquisadores é um erro, talvez não levar essa documentação para um órgão
97 público seja um erro ainda maior. Além disso, foi identificado que vários
98 trabalhadores foram demitidos por motivos políticos, entre eles, o Aluízio, que era
99 um dos Editores do Jornal Nosso Tempo, que foi um instrumento fundamental de
100 denúncias com relação aos absurdos da época com os expropriados, trabalhadores
101 e indígenas. Por recomendação do IEP, estavam ajudando todas as equipes a fazer
102 encontros relacionados a reparação, mas no caso de Itaipu, mesmo trabalhadores
103 que tiveram perderam membros ou tem problemas graves de coluna não querem se
104 organizar contra Itaipu por medo de perder as pequenas indenizações que recebem.
105 Carla indicou que o Informe Público foi feito cuidadosamente para não citar nenhum
106 nome e não dizer nada que não possa ser comprovado, agora, no fim de junho será
107 encaminhado um relatório completo em que todos os casos elencados têm
108 documentação comprovada, sendo mais de 300 páginas. Raquel questionou se a
109 solicitação de documentação foi feita em dois momentos ou somente no início da
110 pesquisa. Carla respondeu que não tiveram condições de solicitar novamente, pois
111 já estavam prejudicadas por conta da negativa inicial. Raquel perguntou se houve
112 uma designação do Procurador da República para acompanhar. Jussamara
113 respondeu que não houve e estavam aguardando os encaminhamentos que seriam
114 feitos pelo MPF junto à PGR para dar prosseguimento. Carla acrescentou que o
115 projeto em si nesse *link* da UNIFESP e MPF acaba em Junho, portanto, a seguir não
116 haverá mais financiamento da pesquisa, inviabilizando-a. Raquel indagou se foi
117 pensado o dimensionamento dos danos. Carla respondeu que conseguiram, tendo
118 diversos casos com documentação. 4/5 nomes de trabalhadores vinculados ao tema
119 da pesquisa, trabalhadores demitidos por motivações políticas (8/9 nomes) e muitos
120 trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho que são apresentados no relatório

121 — para elucidar, Carla realizou a leitura do relato de um caso de Arapoti. Raquel
122 perguntou quais eram as expectativas para o evento e o porquê de não ser realizado
123 em Foz do Iguaçu. Carla reiterou que o IEP sugeriu que nesse caso seria importante
124 fazer um evento em Curitiba para trazer para discussão pessoas que, no âmbito
125 jurídico, aceitem discutir o tema, pensar e criar condições para que os (as) atingidos
126 consigam se organizar. Por isso, a ideia de realizar o evento em Curitiba é para
127 maior mobilização entre todos os envolvidos e envolvidas. Olympio concordou que o
128 CEMVEJ apoie a realização desse evento e indicou que no Relatório da CEV, o foco
129 foi mais na questão indígena e agora, espera que a Itaipu responda isso. Ivete
130 levantou a possibilidade de marcar uma reunião com o Diretor-Geral da Itaipu,
131 Deputado Enio Verri, para tratar sobre o acesso dos documentos e outros assuntos
132 de interesse do Comitê. Carla destacou ser importante ter um horário no evento para
133 a política de reparação, entretanto, a solicitação de acesso ao acervo e criação de
134 espaços de memória críticos à Itaipu pode ser feita a qualquer momento, agora, o
135 outro aspecto que trouxe foi a solicitação ao CEMVEJ que auxilie as pessoas que
136 querem e precisam pensar políticas de reparação, algo que não pode ser feito com a
137 Itaipu junto. Portanto, Cláudia indicou que o evento deve ser realizado em dois dias
138 em Outubro, a primeira parte pensando o Direito à Memória, Justiça de Transição e
139 a reunião de trabalho, no segundo dia, o tema específico relacionando empresas. **6.**
140 **Relatório sobre o Seminário de Direitos Humanos no Mercosul nos dias 19 e 20**
141 **de Junho:** Ivete relatou que o seminário teve a presença do Diretor do Instituto de
142 Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul, Remo Carlotto, e do Nilmário
143 Miranda. Quanto ao evento, Ivete destacou que foi bastante significativo pela grande
144 participação de estudantes, a organização também foi feita pelo Professor Peres
145 Gediel e pela Professora Adriana, ambos fazem parte da Memória e Direitos
146 Humanos, também o MPT através do Rafael Garcia, este, Ivete informou que
147 convidará a fazer parte do Comitê pela importância do órgão em diversas questões
148 como o caso de Itaipu e por conta de recursos. A seguir, Ivete relatou que para ela
149 todas as falas foram muito importantes e impactantes e algo extremamente
150 relevante foi a assinatura de um Convênio Federal entre a Universidade Federal e o

151 IPPDH para troca de informações e documentos, inclusive, pelo CEMVEJ e o LUME
152 para estender esse convênio e ter acesso aos documentos e eventos. Ademais,
153 também dialogou sobre brasileiros que foram sequestrados, presos e desaparecidos
154 para estabelecer um convênio através do Ministério Público da Argentina contra os
155 repressores que colaboraram na Argentina e também envolveram os brasileiros para
156 levá-los até lá. A seguir, Cláudia informou que foi formada a 1ª Turma de
157 Professores da Rede Pública de Ensino do Colégio Estadual do Paraná no tema
158 'Memória, Verdade e Justiça', sendo uma atuação do Lume em parceria com o
159 CEMVEJ, houve uma aula de encerramento com uma palestra do Olympio, Ivete e
160 Marion. Essa 1ª Turma foi importante porque conseguiram avançar no Plano de
161 Trabalho cumprindo mais uma meta, a experiência foi positiva e como foi um projeto
162 piloto, inicialmente foram apenas 40h de capacitação, agora, os alunos pediram uma
163 especialização *lato sensu*. Por fim, Cláudia informou que após dois anos de trabalho,
164 finalmente conseguiram abrir uma Pessoa Jurídica, agora possuem CNPJ e Razão
165 Social, sendo criado o Instituto Lume, Lugar de Memória para Democracia. Cláudia
166 fez um agradecimento especial a Flávia, Norton, Daniel Godoy, Fábio, Kim e a Ivete.

167 **7. Lembrete: antecipando a data de 31/03/2024, em que teremos a memória dos**
168 **60 anos do Golpe Civil-militar de 1964:** Ivete pontuou que o evento deve ser em
169 dois dias e as atividades podem ser Cine debates, palestras, manifestações de rua
170 em vários lugares de uma forma coordenada, para que possam visualizar à
171 população o que foi a Ditadura Civil-militar. **8. Informes da Secretaria**
172 **Executiva:**Raquel solicitou que a Secretaria Executiva verificasse a questão
173 orçamentária destinada ao Comitê. Cláudia registrou que na formação dos
174 professores pelo Lume, ela e a Flávia montaram o curso em parceria com a UFPR,
175 porém, a SEJU queria colocar o curso como uma das ações da secretaria sem
176 fornecer qualquer auxílio ou contrapartida de recursos financeiros. Andreia informou
177 que, pelas informações que obteve, o CEMVEJ não possui orçamento para custear
178 viagens, por exemplo, por meio do Cartão Corporativo, mas necessitaria confirmar
179 essa informação. **9. Encerramento:**Em conclusão, Ivete em sua qualidade de
180 Coordenadora deste colegiado, deu por encerrada a Reunião Ordinária do Comitê

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



- 181 Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada por
182 Davi da Rosa e revisada pela Secretária Executiva Andréia Corat.